

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

O efeito bumerangue

Não há grandes jogadas de marketing nem campanhas de recuperação de imagem sendo engendradas pelo Palácio do Planalto para enfrentar a queda brutal na popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, o que há no governo federal é uma certa conformidade diante da constatação de que, se o presidente foi o beneficiário da bonança, é natural que agora recaiam sobre ele os efeitos da tempestade.

É o ônus que paga pela excessiva concentração de poderes do presidencialismo brasileiro aliada a uma concepção de governo centrada num eixo só fundado em dois pilares: na estabilização da moeda e na figura do presidente. Na hora em que um pilar foi trincado levou o outro de roldão. Enquanto deu certo, os bônus foram todos para Fernando Henrique, que recebe na nuca agora a conta do prejuízo.

Por isso, na avaliação do governo, o melhor é não negar a realidade porque não há *pancake* que dê jeito. Não há discurso cor-de-rosa possível sem que se corra o risco de cair no perigoso terreno da demagogia. Resta, portanto, aguardar que o cardápio de fatos positivos que a equipe econômica apresenta agora em sua rodada internacional em busca da retomada imediata dos créditos de curto prazo dê o resultado esperado, e comecem lá por agosto a se refletir concretamente na economia do dia-a-dia.

Um interlocutor diário e autorizado do presidente diz o seguinte: "Não adianta fazer discurso quando não se tem o que dizer. Até agora não tínhamos nada só um acúmulo infeliz de fatos negativos. Mas a partir do fechamento do acordo com o FMI, da aprovação da CPMF, da queda do dólar, da boa receptividade à demonstração de comando do Banco Central, da expectativa da queda dos juros, de uma ótima safra agrícola e da recuperação do fluxo de dinheiro para dentro do país, pelo menos temos um cenário favorável para poder mostrar que há luz no fim do túnel."

Ainda assim, o governo tem consciência de que esses sinais podem ser decodificados de forma positiva lá fora mas nem de longe conseguem reverter de imediato as expectativas da população. Aqui dentro, à exceção dos que entendem dessa mecânica – que não são os que opinam nas pesquisas –, ninguém consegue direito e de imediato estabelecer relação de causa e efeito entre eles. O que interessa são os preços e os salários.

Depois de ganhar dois mandatos como bônus pela estabilidade, FH agora arca com o ônus da tempestade

Por isso a constatação de que é inútil tentar construir uma realidade mágica enquanto a inflação não começar a recuar ou pelo menos a dar sinais de que ficará baixa e sob controle estrito. O governo acha que tem munição para isso: redução de alíquotas de importação e os juros altos que não permitem a especulação com estoques são dois exemplos.

O que se diz é que está fora de cogitação qualquer mudança substancial na política econômica ou a introdução de instrumentos do passado. Como a indexação dos salários. Nesse ponto, o Planalto faz um pouco do jogo do contente diante dos números da pesquisa Vox Populi que mostra Fernando Henrique com um índice de aprovação de 23% e 51% dos pesquisados afirmando que não estão dispostos a se conformar com perdas salariais.

O governo diz que o fato de 37% admitirem que preferem ficar sem aumentos desde que a inflação não volte mostra uma mudança de mentalidade, pois há quatro anos imagina-se que esse mesmo índice não passasse de 10%. Ou seja, as pessoas tomaram gosto e dão prioridade à estabilidade.

O raciocínio é até correto, mas isso não alivia em nada a posição do governo. Apenas indica que a cobrança pela manutenção da inflação baixa será muito forte e nada assegura que, se ela voltar com força, essas mesmas pessoas não passem a integrar o outro grupo que prefere as reposições.

Mas o governo não quer trabalhar com suposições que guardem relação com acontecimentos futuros – mesmo que de curtíssimo prazo – a fim de não sobrepor agonias. Isso vale para avaliações negativas, mas também para as positivas. Hoje há receio de que reações ciclotímicas criem falsas expectativas animadoras – por exemplo, agora, em relação à queda do dólar – que venham a render frustrações ainda maiores.

Até porque todo aquele cenário de recuperação desenhado a partir da aprovação da CPMF, do acordo com o FMI e da ação do Banco Central só se concretizará se não houver acidentes no percurso.

E eles tanto podem vir de fora como de dentro. A receita é técnica, e numa democracia plural onde um governo não conta com sólido apoio popular, o poder político está nas mãos do Congresso e o Judiciário examina a lei, mas nem sempre leva em consideração a circunstância, é preciso contar com a possibilidade de que não prevaleça sempre a vontade do Executivo.

Além disso, de dois anos para cá o que o país mais tem visto são os tais acidentes de percurso desmontarem sistematicamente todos os roteiros montados para o enfrentamento das crises. Que repetem-se como dízimas periódicas só que cada vez são mais profundas.